

SUMÁRIO

ESTRUTURA DA OBRA	7
APRESENTAÇÃO À 4.ª EDIÇÃO	11
APRESENTAÇÃO À 3.ª EDIÇÃO	13
APRESENTAÇÃO À 2.ª EDIÇÃO	15
APRESENTAÇÃO À 1.ª EDIÇÃO	17

PARTE GERAL

Capítulo I

DIREITO PENAL, POLÍTICA CRIMINAL E CRIMINOLOGIA

1. Conceito de direito penal	57
2. Direito penal objetivo e direito penal subjetivo	57
3. Política criminal	58
4. Criminologia	58
Síntese.....	59

Capítulo II

EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PENAL E ESCOLAS PENAIS

1. Aspectos históricos relevantes do direito penal	60
2. Panorama histórico do direito penal no Brasil	68
Síntese.....	69

Capítulo III

PRINCÍPIOS DE DIREITO PENAL

1. Conceito de princípio e importância	70
2. Princípios de direito penal	70
2.1 Constitucionais explícitos	70
2.1.1 Legalidade (ou reserva legal)	70

2.1.2	Anterioridade.....	70
2.1.3	Retroatividade da lei penal benéfica.....	71
2.1.4	Personalidade ou da responsabilidade pessoal.....	71
2.1.5	Individualização da pena.....	71
2.1.6	Humanidade	72
2.2	Constitucionais implícitos.....	72
2.2.1	Intervenção mínima (subsidiariedade).....	72
2.2.2	Fragmentariedade.....	74
2.2.3	Culpabilidade	74
2.2.4	Taxatividade	75
2.2.5	Proporcionalidade	75
2.2.6	Vedação da dupla punição pelo mesmo fato	76
• Pontos relevantes para debate:		
	A dignidade da pessoa humana como princípio penal.....	76
	A lesividade (ou ofensividade) como princípio de Direito Penal.....	77
	Síntese.....	78

Capítulo IV

FONTES DO DIREITO PENAL E INTERPRETAÇÃO DAS LEIS PENAIS

1.	Fontes do direito penal.....	79
1.1	Iniciativa de leis em matéria penal.....	81
1.2	Costume e fonte do direito penal.....	82
1.3	Plebiscito e referendo como fontes do direito penal.....	82
2.	Interpretação e integração no direito penal.....	83
	Síntese.....	85

Capítulo V

LEGALIDADE E ANTERIORIDADE DA LEI PENAL

1.	Conceito de legalidade.....	86
1.1	Origem histórica	86
1.2	Legalidade e garantismo penal.....	87
1.3	Legalidade material e legalidade formal.....	87
2.	Conceito de anterioridade	88
3.	Extensão da palavra <i>crime</i>	88
4.	Aplicação do dispositivo para pena e medida de segurança.....	88
5.	Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade	89
	Síntese.....	92

Capítulo VI
 APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO TEMPO

1. Conceito e alcance da lei penal no tempo	93
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito)	94
2.1 Confronto com a edição de lei penal benéfica (<i>novatio legis in melius</i>)	94
2.2 Confronto com a edição de lei penal prejudicial (<i>novatio legis in pejus</i>)....	95
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> e combinação de leis.....	95
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade de combinação de leis penais para beneficiar o réu	96
4. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	97
5. Crime permanente e lei penal benéfica	99
6. Crime continuado e lei penal benéfica	99
7. Retroatividade da lei processual penal benéfica.....	100
8. Leis intermitentes	101
8.1 Extensão e eficácia.....	101
• Ponto relevante para debate:	
A ultratividade das leis intermitentes (art. 3.º, CP) e a observação obrigatória da retroatividade de toda lei penal benéfica prevista no art. 5.º, XL, da Constituição Federal	102
8.2 Normas penais em branco, legalidade e intermitência	103
Síntese.....	107

Capítulo VII
 TEMPO E LUGAR DO CRIME

1. Teorias sobre o tempo do crime	111
2. Alcance da teoria da atividade	111
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas	111
4. Teorias sobre o lugar do crime	112
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do CP e o art. 70 do CPP	112
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes ou continuadas	113
Síntese.....	113

Capítulo VIII
 APLICAÇÃO DA LEI PENAL NO ESPAÇO

1. Territorialidade e extraterritorialidade	114
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço	114
3. Conceito de território e seus elementos	114
3.1 Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos	115

3.2	Espaço aéreo	115
3.3	Mar territorial brasileiro.....	115
4.	Território brasileiro por equiparação.....	116
4.1	Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	117
4.2	A lei penal e a Convenção de Tóquio.....	117
5.	Critérios para a extraterritorialidade	118
5.1	Crítica à extraterritorialidade incondicionada.....	118
5.2	Hipóteses de extraterritorialidade incondicionada.....	119
5.3	Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	120
5.4	Condições para a extraterritorialidade	121
6.	Extradição	122
6.1	Espécies de extradição e fonte legislativa.....	122
6.2	Requisitos para a concessão.....	122
7.	Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e inconstitucionalidade do art. 8.º do Código Penal	127
8.	Outras exceções à regra da territorialidade	127
8.1	Tratados, convenções e regras de direito internacional.....	128
8.2	Imunidades diplomáticas	129
8.2.1	Abrangência, extensão e exclusão da imunidade	129
8.2.2	Características das imunidades diplomáticas	130
8.3	Imunidades consulares.....	131
8.4	Imunidades parlamentares	132
8.4.1	Natureza jurídica da imunidade substantiva.....	133
8.4.2	Características da imunidade substantiva.....	133
8.4.3	Características da imunidade processual.....	135
8.5	Outras imunidades e foros privilegiados.....	136
8.5.1	Deputados estaduais	136
8.5.2	Vereadores.....	137
8.5.3	Advogados.....	137
8.5.4	Prefeitos.....	139
9.	Direito penal internacional e direito internacional penal.....	139
	Síntese.....	140

Capítulo IX

EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA

1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional	142
2.	Hipóteses para a homologação.....	142

2.1	Reparação civil do dano causado à vítima.....	142
2.2	Aplicação de medida de segurança.....	143
2.3	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro.....	143
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação..	143
	Síntese.....	144

Capítulo X

CONTAGEM DE PRAZO E FRAÇÕES DA PENA

1.	Prazos penais e processuais penais.....	145
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo.....	145
3.	Frações não computáveis da pena.....	146
	Síntese.....	146

Capítulo XI

CONFLITO APARENTE DE NORMAS

1.	Conceito.....	148
2.	Critério da sucessividade.....	149
3.	Critério da especialidade.....	149
4.	Critério da subsidiariedade (tipo de reserva).....	151
5.	Critério da absorção (ou consunção).....	151
6.	Critério da alternatividade.....	152
	Síntese.....	153

Capítulo XII

CRIME

1.	Conceito de crime.....	158
1.1	Conceito material.....	158
1.2	Conceito formal.....	159
1.3	Conceito analítico.....	159
2.	Diferença entre crime e contravenção penal.....	163
3.	Sujeitos e objetos do crime.....	164
3.1	Sujeito ativo.....	164
•	Ponto relevante para debate:	
	A pessoa jurídica como sujeito ativo do crime.....	164
3.2	Sujeito passivo.....	166
3.3	Objeto do crime.....	167
4.	Classificação dos crimes.....	167
4.1	Crimes comuns e próprios.....	168

4.2	Crimes instantâneos e permanentes	169
4.3	Crimes comissivos e omissivos.....	171
4.4	Crimes de atividade e de resultado	171
4.5	Crimes de dano e de perigo.....	172
4.6	Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos	172
4.7	Crimes progressivos e crimes complexos	172
4.8	Progressão criminosa.....	173
4.9	Crime habitual.....	174
4.10	Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes	175
4.11	Crimes de forma livre e de forma vinculada.....	175
4.12	Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas)	175
4.13	Crimes remetidos	176
4.14	Crimes condicionados.....	176
4.15	Crimes de atentado (ou de empreendimento)	176
	Síntese.....	176

Capítulo XIII TIPICIDADE

1.	Apresentação.....	181
2.	Conceito de tipo penal e sua estrutura	182
2.1	Elementos do tipo penal incriminador.....	183
2.2	Classificação do tipo	184
3.	Conceito de conduta penalmente relevante	189
•	Ponto relevante para debate:	
	A conduta penalmente irrelevante decorrente da falta de consciência derivada de ações em curto-circuito e de gestos habituais.....	194
4.	Conceito de resultado.....	195
5.	Conceito de nexo causal.....	196
5.1	Teorias que cuidam do nexo de causalidade (equivalência dos antecedentes, causalidade adequada e imputação objetiva)	196
5.2	Causas independentes e relativamente independentes	204
5.2.1	Concausas e seus efeitos	204
5.3	Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios	211
5.3.1	Natureza jurídica da omissão própria.....	211
5.3.2	Significado da expressão <i>penalmente relevante</i>	212
5.3.3	Dever de agir	212
5.3.3.1	Dever de agir imposto por lei.....	213

5.3.3.2	Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado	213
5.3.3.3	Dever de agir por ter gerado o risco	213
6.	Conceito de tipicidade e excludentes	214
6.1	Adequação social	215
6.2	Insignificância	216
	Síntese	216

Capítulo XIV
ELEMENTOS SUBJETIVOS DO CRIME:
DOLO E CULPA

1.	Conceito de dolo	217
2.	Distinção entre dolo genérico e dolo específico	217
3.	Características do dolo	218
4.	Conceito de dolo direto	218
4.1	Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau	219
5.	Conceito de dolo indireto ou eventual	219
	• Ponto relevante para debate:	
	A presença do dolo eventual nos graves crimes de trânsito	220
6.	Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual	221
7.	Outras classificações do dolo	221
8.	Conceito de culpa	223
9.	Distinção entre culpa inconsciente e culpa consciente	223
10.	Elementos da culpa	223
11.	Situações peculiares no campo da culpa	224
12.	Espécies de culpa	226
12.1	Distinção entre imperícia e erro profissional	227
13.	Diferença entre culpa consciente e dolo eventual	227
	Síntese	228

Capítulo XV
CRIMES QUALIFICADOS PELO RESULTADO

1.	Conceito	233
2.	Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso	233
3.	Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador	234
4.	Classificação dos crimes qualificados pelo resultado	235
	Síntese	237

Capítulo XVI
ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)

1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade)	238
2. Excludentes de ilicitude	238
3. Classificação das excludentes de ilicitude	239
4. Elemento subjetivo nas excludentes	240
5. Conceito de estado de necessidade	242
5.1 Espécies de estado de necessidade	242
5.2 Requisitos do estado de necessidade	244
5.2.1 Existência de perigo atual	244
5.2.2 Involuntariedade na geração do perigo	245
• Ponto relevante para debate:	
A valoração da vontade no contexto da produção do perigo	245
5.2.3 Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão	246
5.2.4 Proteção a direito próprio ou de terceiro	246
5.2.5 Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado	247
5.2.6 Dever legal de enfrentar o perigo	247
5.3 Causa de diminuição de pena	247
6. Conceito e fundamento da legítima defesa	248
6.1 Elementos da legítima defesa	249
6.1.1 Injustiça da agressão	249
6.1.2 Atualidade ou iminência da agressão	250
6.1.3 Agressão contra direito próprio ou de terceiros	251
• Ponto relevante para debate:	
A legítima defesa da honra no contexto do flagrante adultério	253
6.1.4 Utilização dos meios necessários para a reação	255
6.1.5 Moderação da reação	257
6.1.6 Proporcionalidade na legítima defesa	258
6.1.6.1 Ofendículos	258
• Ponto relevante para debate:	
A natureza jurídica dos ofendículos	258
6.2 Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa	261
6.2.1 Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude	261
6.2.2 Legítima defesa contra pessoa jurídica	262
6.2.3 Legítima defesa contra agressão de inimputáveis	262
6.2.4 Legítima defesa sucessiva	263
6.2.5 Legítima defesa contra multidão	263

6.2.6	Legítima defesa contra provocação.....	263
6.2.7	Legítima defesa nas relações familiares.....	264
6.2.8	Legítima defesa por omissão.....	264
6.2.9	Legítima defesa praticada por inimputáveis.....	265
7.	Conceito de estrito cumprimento do dever legal.....	265
7.1	Situações de cumprimento de dever legal.....	266
8.	Conceito de exercício regular de direito.....	267
8.1	Situações de exercício regular de direito.....	267
8.2	Situações polêmicas no contexto do exercício regular de direito.....	269
8.2.1	O estupro da esposa praticado pelo marido.....	269
8.2.2	O trote acadêmico ou militar.....	269
8.2.3	Os castigos dos pais e dos professores.....	269
8.2.4	As lesões praticadas no esporte.....	270
9.	Consentimento do ofendido.....	271
	• Ponto relevante para debate:	
	O aspecto temporal do consentimento do ofendido: quando afeta a tipicidade e quando afasta a ilicitude.....	274
9.1	Requisitos da excludente do consentimento do ofendido.....	276
10.	Os excessos no contexto das excludentes.....	277
10.1	Modalidades de excessos.....	278
	Síntese.....	280

Capítulo XVII CULPABILIDADE

1.	Conceito de culpabilidade.....	281
1.1	Culpabilidade formal e culpabilidade material.....	285
1.2	Conceito de co-culpabilidade.....	286
2.	Excludentes de culpabilidade.....	287
2.1	Excludentes concernentes ao agente do fato.....	287
2.1.1	Imputabilidade penal.....	287
2.1.2	Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	289
	• Ponto relevante para debate:	
	A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu (<i>in dubio pro reo</i>).....	291
2.1.2.1	Conceito de perturbação da saúde mental.....	292
2.1.3	Embriaguez decorrente de vício.....	293
2.1.4	Menoridade.....	293
	• Ponto relevante para debate:	
	O marco temporal do início da maioridade penal aos 18 anos.....	295

2.2	Excludentes concernentes ao fato.....	295
2.2.1	Coação moral irresistível.....	295
• Ponto relevante para debate:		
	A viabilidade da coação moral irresistível com apenas duas partes envolvidas.....	297
2.2.2	Obediência hierárquica.....	297
2.2.3	Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior	298
2.2.3.1	Embriaguez voluntária ou culposa	299
2.2.3.2	A teoria da <i>actio libera in causa</i>	300
2.2.3.3	Caso fortuito ou força maior	302
2.2.3.4	Embriaguez incompleta fortuita	303
2.2.4	Erro de proibição escusável e discriminantes putativas.....	303
2.2.5	Inexigibilidade de conduta diversa.....	303
2.2.6	Estado de necessidade exculpante e excessos exculpante e acidental	305
3.	Emoção e paixão	305
3.1	Emoção	305
3.2	Paixão.....	306
	Síntese.....	306

Capítulo XVIII

CRIME CONSUMADO E TENTATIVA

1.	Crime consumado	308
2.	Tentativa	308
2.1	Conceito de crime tentado	308
2.2	Natureza jurídica da tentativa	309
2.3	Teorias fundamentadoras da punição da tentativa	310
2.4	Dolo e culpa na tentativa.....	311
2.5	Conceito e divisão do <i>iter criminis</i>	311
• Ponto relevante para debate:		
	Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime	313
2.6	Tentativa e dolo eventual	315
2.7	Tentativa e crime de ímpeto.....	318
2.8	Crimes que não admitem a tentativa.....	319
2.9	Crítério para a diminuição da pena na tentativa.....	322
2.10	Distinção entre tentativa perfeita e tentativa imperfeita	323
2.11	Diferença entre crime falho e tentativa falha	323
3.	Desistência voluntária e arrependimento eficaz.....	324

3.1	Conceito de desistência voluntária	324
3.1.1	Desistência momentânea	324
3.1.2	O problema da execução retomada	325
3.2	Conceito de arrependimento eficaz	326
3.3	Natureza jurídica	326
3.4	Distinção entre voluntariedade e espontaneidade	328
3.5	Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa	328
4.	Arrependimento posterior	328
4.1	Conceito	328
4.2	Natureza jurídica	329
4.3	Requisitos para a aplicação	329
•	Ponto relevante para debate:	
	A reparação do dano moral no contexto do arrependimento posterior	331
4.4	Critérios para a diminuição da pena	332
4.5	Análise crítica da Súmula 554 do STF	333
4.6	Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas	334
5.	Crime impossível	334
5.1	Conceito e natureza jurídica	334
5.2	Fundamento da não punição do crime impossível	334
5.3	Diferença entre a tentativa inidônea, o erro de tipo e o crime putativo	335
5.4	Análise dos elementos do crime impossível	335
5.5	Flagrante provocado, flagrante esperado e crime impossível	336
•	Ponto relevante para debate:	
	O furto sob vigilância como crime impossível ou tentativa punível	337
	Síntese	337

Capítulo XIX

ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO

1.	Conceitos de erro e ignorância	341
2.	Conceito de erro de tipo	341
3.	Possibilidade de punição por crime culposos	341
4.	Erro escusável e erro inescusável	342
5.	Erro essencial e erro acidental	342
6.	Erro quanto à pessoa	342
7.	Erro determinado por terceiro	343
8.	Conceito de erro de proibição	343
9.	Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude	343

10. Erro de proibição escusável e inescusável	344
11. Diferença entre crime putativo e erro de proibição.....	345
12. Conceito de descriminantes putativas	345
13. Divisão das descriminantes putativas.....	345
14. Natureza jurídica das descriminantes putativas	346
Síntese.....	347

Capítulo XX CONCURSO DE PESSOAS

1. Conceito de concurso de pessoas	352
2. Teorias do concurso de pessoas	352
3. Distinção entre co-autoria e participação.....	353
4. Critérios quanto à punição do partícipe	354
5. Concurso de agentes e crime plurissubjetivo	354
6. As modificações introduzidas pela Reforma Penal de 1984.....	355
6.1 Punição do co-autor ou partícipe “na medida da sua culpabilidade”	355
6.2 Participação de menor importância.....	356
6.3 Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta).....	357
7. Requisitos do concurso de agentes	357
8. Autoria mediata.....	358
9. Autoria colateral.....	358
• Ponto relevante para debate:	
A co-autoria e a participação em crime culposo	359
10. Participação por omissão e conivência.....	360
11. Co-autoria em crime omissivo	360
• Ponto relevante para debate:	
A participação posterior à consumação do crime.....	361
12. Participação e cumplicidade.....	362
13. Incomunicabilidade de determinadas circunstâncias	363
• Ponto relevante para debate:	
A comunicação aos co-autores e partícipes das circunstâncias e condições de caráter objetivo	363
13.1 Exceção quanto à elementar do crime	364
14. Casos de impunibilidade.....	366
Síntese.....	367

Capítulo XXI TEORIA GERAL DA PENA

1. Conceito de pena.....	368
2. Teorias extremadas da pena	369

3. Garantismo penal	371
• Pontos relevantes para debate:	
Opção para o Brasil: abolicionismo penal, direito penal máximo ou garantismo penal.....	372
A conveniência ou inconveniência de se adotar o denominado direito penal do inimigo.....	373
Justiça Retributiva x Justiça Restaurativa.....	374
4. Cominação das penas	376
5. Princípios da pena	376
6. Espécies de penas.....	377
Síntese.....	377

Capítulo XXII

PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples.....	378
2. Regime progressivo de cumprimento da pena	379
3. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar	385
4. Progressão nos crimes hediondos e no delito de tortura	385
5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso	386
6. Imprescindibilidade do regime fechado.....	386
7. Utilização do art. 59 do Código Penal para fixação do regime de cumprimento da pena	387
8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime.....	387
9. Regime fechado.....	389
• Ponto relevante para debate:	
A aplicação do regime fechado à pena de detenção.....	389
9.1 Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo.....	390
9.2 Local de cumprimento da pena no regime fechado	391
9.3 Regime Disciplinar Diferenciado	391
• Ponto relevante para debate:	
A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado.....	393
9.4 Trabalho externo do condenado.....	394
10. Regime semi-aberto	394
10.1 Saídas temporárias e trabalho externo	394
10.2 Situação do índio	395
11. Regime aberto	395
11.1 Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso	395
12. Direitos do preso.....	396
12.1 Direito à visita íntima	396

12.2	Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio.....	397
12.3	Disposição constitucional de proteção ao preso	397
12.4	Direito do preso à execução provisória da pena	397
13.	Trabalho do preso.....	399
13.1	Distinção entre trabalho forçado e trabalho obrigatório	399
13.2	Trabalho do preso e remição.....	400
13.2.1	Perda dos dias remidos e falta grave	400
13.2.2	Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório	401
• Ponto relevante para debate:		
	O benefício da remição ao preso provisório.....	401
13.2.3	Remição pelo estudo	402
14.	Superveniência de doença mental	402
15.	Detração	403
15.1	Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	403
15.2	Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração.....	404
15.3	Detração e pena de multa.....	404
15.4	Detração e determinação do regime inicial da pena	404
15.5	Detração e suspensão condicional da pena.....	405
	Síntese.....	405

Capítulo XXIII

PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1.	Conceito de penas restritivas de direitos	406
2.	Natureza jurídica.....	406
3.	Espécies de penas restritivas de direitos	407
4.	Requisitos para a concessão das penas restritivas de direitos	408
• Ponto relevante para debate:		
	A substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos para os delitos hediondos e equiparados.....	409
5.	Momentos para a conversão	411
6.	Exigências para a conversão	411
7.	Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade.....	413
8.	Peculiaridades no cumprimento das penas restritivas de direitos	415
8.1	Prestação pecuniária	415
• Ponto relevante para debate:		
	A banalização da pena de prestação pecuniária e a doação de cestas básicas	417
8.2	Perda de bens ou valores.....	417

8.3	Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	418
8.4	Interdição temporária de direitos	419
8.5	Limitação de fim de semana	420
	Síntese.....	420

Capítulo XXIV
PENA PECUNIÁRIA

1.	Conceito e destinação da multa.....	421
2.	Critérios para a fixação da pena de multa	422
	• Ponto relevante para debate:	
	O critério para a substituição da pena privativa de liberdade por multa	423
3.	O valor do dia-multa em salário mínimo	424
4.	Atualização monetária da multa.....	425
5.	Pagamento da multa.....	426
6.	Multa como dívida de valor	426
	• Ponto relevante para debate:	
	A competência judiciária para a execução da pena pecuniária	426
7.	Causas interruptivas e suspensivas da prescrição.....	427
	Síntese.....	427

Capítulo XXV
APLICAÇÃO DA PENA

1.	Conceito	428
	• Ponto relevante para debate:	
	As razões de implementação da política da pena mínima pelo Poder Judiciário.....	428
2.	Circunstâncias judiciais	428
3.	Pena-base	429
4.	Elementos do art. 59 do Código Penal.....	429
	4.1 Culpabilidade.....	430
	• Ponto relevante para debate:	
	Culpabilidade do fato e culpabilidade do autor.....	431
	4.2 Antecedentes.....	435
	• Ponto relevante para debate:	
	O significado e a extensão da expressão <i>maus antecedentes</i>	435
	4.3 Conduta social.....	436
	4.4 Personalidade.....	437
	4.5 Motivos do crime.....	437
	4.6 Circunstâncias do crime.....	439

4.7	Conseqüências do crime	439
4.8	Comportamento da vítima	439
5.	Fixação do regime inicial de cumprimento da pena	441
6.	Substituição da pena privativa de liberdade	441
7.	Agravantes e atenuantes	441
7.1	Agravantes	442
7.1.1	Motivo fútil.....	442
7.1.2	Motivo torpe.....	444
7.1.3	Motivação torpe específica.....	444
7.1.4	Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulta ou torna impossível a defesa do ofendido	444
7.1.5	Veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel ou de que possa resultar perigo comum	445
7.1.6	Relações familiares	446
7.1.7	Abuso de autoridade, relações do lar e violência contra a mulher.	446
7.1.8	Abuso de poder e violações de dever	447
7.1.9	Criança, maior de sessenta anos, enfermo e mulher grávida	448
7.1.10	Ofendido sob proteção da autoridade.....	450
7.1.11	Situação de desgraça particular ou calamidade pública	450
7.1.12	Embriaguez preordenada.....	451
7.1.13	Agravantes em caso de crime cometido por mais de uma pessoa..	451
7.1.13.1	Mentor ou dirigente da atividade criminosa.....	451
7.1.13.2	Coação ou indução ao crime	451
7.1.13.3	Instigação ou determinação para o delito	452
7.1.13.4	Criminoso mercenário	452
7.1.14	Reincidência.....	452
7.1.14.1	Conceito	452
• Ponto relevante para debate:		
	A reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>)	452
	7.1.14.2 Espécies de reincidência.....	453
• Ponto relevante para debate:		
	A suficiência da pena de multa para caracterizar a reincidência criminal	454
	7.1.14.3 Efeitos da reincidência	454
	7.1.14.4 Caducidade da condenação anterior.....	455
	7.1.14.5 Crimes militares próprios e impróprios.....	456
	7.1.14.6 Crime político.....	457
7.2	Atenuantes	458
7.2.1	Menoridade relativa.....	458
7.2.2	Senilidade.....	459
7.2.3	Desconhecimento da lei	460

7.2.4	Relevante valor social ou moral	461
7.2.5	Arrependimento.....	461
7.2.6	Coação resistível.....	462
7.2.7	Cumprimento de ordem superior	462
7.2.8	Violenta emoção.....	462
7.2.9	Confissão espontânea	463
7.2.10	Influência de multidão, em meio a tumulto.....	464
7.2.11	Atenuante inominada	465
7.3	Concurso de agravantes e atenuantes.....	465
7.3.1	Agravantes e atenuantes específicas.....	465
8.	Cálculo da pena.....	467
8.1	Sistemas para a fixação da pena.....	467
8.2	Existência de duas ou mais qualificadoras.....	469
8.3	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais.....	470
8.4	Concurso entre causas de aumento e de diminuição.....	470
8.5	Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições	470
Síntese.....		472

Capítulo XXVI CONCURSO DE CRIMES

1.	Conceito e critério de análise.....	475
2.	Sistemas do concurso de crimes	475
2.1	Sistema da acumulação material.....	475
2.2	Sistema da exasperação da pena	476
2.3	Sistema da absorção.....	476
2.4	Sistema da acumulação jurídica.....	476
3.	Concurso material	477
3.1	Conceito.....	477
3.2	Critérios para a aplicação da pena	477
3.3	Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos.....	477
4.	Concurso formal.....	478
4.1	Conceito.....	478
4.2	Concurso formal perfeito e imperfeito.....	478
•	Ponto relevante para debate:	
A	amplitude conceitual da expressão <i>desígnios autônomos</i>	479
4.3	Concurso material favorável ou benéfico.....	480
4.4	Concorrência de concursos	481

5. Crime continuado.....	481
5.1 Conceito.....	481
5.2 Natureza jurídica.....	482
5.3 Teorias do crime continuado.....	483
5.4 Crimes da mesma espécie.....	484
5.5 Condições de tempo.....	485
5.6 Condições de espaço.....	485
5.7 Formas de execução.....	486
5.8 Outras circunstâncias semelhantes.....	486
• Ponto relevante para debate:	
O benefício do crime continuado para a delinquência habitual ou profissional.....	487
5.9 Critério de dosagem do aumento.....	487
5.10 Crime continuado e inimputabilidade.....	488
5.11 Crimes praticados contra vítimas diferentes e bens personalíssimos.....	488
5.12 Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas.....	489
5.13 Espécies de crime continuado.....	489
5.14 Diferença entre crime continuado e delito habitual.....	489
• Ponto relevante para debate:	
A obrigatoriedade, ou não, da soma das multas no concurso de crimes.....	490
6. Concurso de infrações e execução da pena.....	490
Síntese.....	491

Capítulo XXVII

ERRO NA EXECUÇÃO E RESULTADO DIVERSO DO PRETENDIDO

1. Conceito de erro na execução (<i>aberratio ictus</i>).....	496
2. Modalidades de erro na execução.....	496
3. Responsabilidade penal objetiva na <i>aberratio ictus</i>	497
4. Conceito de resultado diverso do pretendido (<i>aberratio criminis</i> ou <i>aberratio delicti</i>).....	498
Síntese.....	499

Capítulo XXVIII

LIMITE DE PENAS E UNIFICAÇÃO

1. Fundamento para o limite das penas, visão crítica e soluções para a conversão da pena em medida de segurança durante o cumprimento.....	500
2. Unificação das penas em 30 anos.....	504
3. Modo de unificação.....	504
Síntese.....	505

Capítulo XXIX
SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1. Conceito e aspectos históricos	506
2. Natureza jurídica	506
3. Requisitos para a sua concessão.....	507
4. Espécies de <i>sursis</i>	507
• Ponto relevante para debate:	
A concessão do <i>sursis</i> como faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu	508
5. Pontos controversos	509
5.1 <i>Sursis</i> e indulto.....	509
5.2 Existência de processos em andamento	509
5.3 Réu ausente	509
5.4 Estrangeiros de passagem pelo Brasil.....	510
5.5 Compatibilidade com a fixação do regime penitenciário.....	511
5.6 <i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i>	512
• Ponto relevante para debate:	
A possibilidade do cabimento do <i>sursis</i> para crime hediondo	513
6. Período de prova e escolha das condições	513
7. Causas de revogação	515
7.1 Revogação obrigatória	515
7.2 Revogação facultativa	516
8. Prorrogação do período de prova	516
9. Finalização do <i>sursis</i>	517
Síntese.....	518

Capítulo XXX
LIVRAMENTO CONDICIONAL

1. Conceito de livramento condicional e aspectos históricos.....	519
2. Natureza jurídica	520
3. Requisitos para a sua concessão.....	520
3.1 Objetivos	520
3.2 Subjetivos.....	521
• Ponto relevante para debate:	
A suficiência do atestado de boa conduta carcerária ou da manutenção da obrigatoriedade do exame criminológico e do parecer da Comissão Técnica de Classificação e do Conselho Penitenciário para conceder o livramento condicional, após o advento da Lei 10.792/2003	522
4. Duração do livramento	523

5. Pontos polêmicos	523
5.1 Livramento condicional e <i>habeas corpus</i>	523
5.2 Livramento condicional cautelar.....	524
5.3 Livramento condicional para estrangeiro.....	524
6. Parecer do Conselho Penitenciário	525
7. Soma das penas para efeito de livramento	525
8. Condições do livramento condicional	525
8.1 Obrigatórias	525
8.2 Facultativas	526
9. Revogação do livramento.....	526
9.1 Causas obrigatórias	526
9.2 Causas facultativas.....	526
9.3 Prévia oportunidade de defesa	527
9.4 Livramento insubsistente	527
10. Efeitos da revogação	527
11. Extinção da pena e prorrogação automática	527
Síntese.....	528

Capítulo XXXI EFEITOS DA CONDENAÇÃO

1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação.....	529
2. Efeitos secundários penais e extrapenais da sentença penal condenatória	530
3. Efeitos genéricos.....	531
3.1 Tornar certa a obrigação de reparar o dano.....	531
3.2 Perda em favor do Estado de bens e valores de origem ilícita.....	531
4. Efeitos específicos.....	533
4.1 Perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	533
4.2 Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela.....	534
4.3 Inabilitação para dirigir veículo	535
Síntese.....	536

Capítulo XXXII REABILITAÇÃO

1. Conceito	537
2. Competência para a concessão de reabilitação	538
3. Prazo e procedimento.....	539
4. Indeferimento da reabilitação e recursos	540
5. Reabilitação e reincidência	540
6. Reabilitação <i>em porções</i>	540
Síntese.....	540

Capítulo XXXIII
MEDIDAS DE SEGURANÇA

1. Conceito	541
2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança	541
3. Espécies de medidas de segurança.....	542
4. Extinção de punibilidade.....	542
5. Pressupostos para aplicação da medida de segurança.....	543
6. Sentença de absolvição imprópria.....	544
7. Critério de escolha entre internação e tratamento ambulatorial.....	544
8. Duração da medida de segurança	545
9. Culpabilidade e periculosidade	545
10. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução.....	546
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal do cumprimento da medida de segurança advinda da conversão de pena.....	546
11. Possibilidade de reconversão da medida de segurança em pena.....	547
12. Detração e medida de segurança	548
13. Exame de cessação da periculosidade.....	549
13. Condições para a desinternação ou liberação	549
15. Substituição da pena por medida de segurança para o semi-imputável	551
16. Incompatibilidade da medida de segurança com o presídio comum	551
Síntese.....	551

Capítulo XXXIV
AÇÃO PENAL

1. Conceito de ação penal	552
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada.....	553
3. Critério de iniciativa da ação penal.....	553
4. Espécies de ação penal, quanto ao pólo ativo	554
5. Ação penal no crime complexo.....	555
Síntese.....	557

Capítulo XXXV
EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1. Conceito de extinção da punibilidade	558
2. Causas gerais e específicas.....	559
3. Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade	560
4. Momentos de ocorrência.....	560

5. Morte do agente	561
• Ponto relevante para debate:	
As possibilidades jurídicas em face do descobrimento da falsidade da certidão de óbito após a extinção da punibilidade do agente	562
6. Anistia	563
7. Graça ou indulto individual.....	564
8. Indulto coletivo	565
9. <i>Abolitio criminis</i>	566
10. Decadência.....	566
11. Perempção.....	568
12. Renúncia e perdão.....	568
13. Retratação	569
14. Perdão judicial	570
• Ponto relevante para debate:	
A natureza jurídica da sentença concessiva do perdão judicial.....	571
15. Prescrição.....	572
15.1 Conceito e teorias justificadoras	572
15.2 Prazos para o cálculo da prescrição	573
• Ponto relevante para debate:	
A prescrição da medida de segurança	574
15.3 Prescrição como matéria de ordem pública	575
• Ponto relevante para debate:	
A influência da detração no cálculo prescricional.....	576
15.4 Modalidades de prescrição.....	576
• Ponto relevante para debate:	
A interferência da prescrição antecipada ou virtual no direito de punir do Estado .	577
15.5 Termos iniciais da prescrição.....	580
15.6 Causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.....	583
• Ponto relevante para debate:	
O limite temporal da suspensão da prescrição em face da suspensão do processo pela citação ficta do art. 366 do CPP	585
15.7 Causas interruptivas da prescrição.....	585
• Ponto relevante para debate:	
A interrupção da prescrição pela prática de novo crime: contagem do dia dos fatos ou da data do trânsito em julgado.....	588
15.7.1 Comunicabilidade das causas interruptivas.....	589
16. A prescrição no contexto do concurso de crimes.....	589
17. Prescrição em leis especiais	591
18. Prescrição e perdão judicial	591
Síntese.....	592

PARTE ESPECIAL

Introdução à Parte Especial.....	601
----------------------------------	-----

TÍTULO I

DOS CRIMES CONTRA A PESSOA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA A VIDA

Homicídio – <i>art. 121</i>	603
• Pontos relevantes para debate:	
A equiparação do vidro moído a veneno para matar a vítima.....	606
A existência de homicídio simples hediondo.....	608
A existência de homicídio qualificado-privilegiado.....	608
A aceitação do homicídio qualificado-privilegiado hediondo.....	609
Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio – <i>art. 122</i>	610
• Ponto relevante para debate:	
O auxílio por omissão.....	611
A solução para o denominado pacto de morte.....	612
Infanticídio – <i>art. 123</i>	612
• Ponto relevante para debate:	
O concurso de pessoas no infanticídio.....	614
Aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento – <i>art. 124</i>	614
Aborto provocado por terceiro sem consentimento – <i>art. 125</i>	616
Aborto provocado por terceiro com consentimento – <i>art. 126</i>	617
Formas qualificadas de aborto – <i>art. 127</i>	618
Excludentes de ilicitude – <i>art. 128</i>	619
• Pontos relevantes para debate:	
A autorização do aborto se o estupro decorrer de violência presumida.....	621
A autorização do aborto se o feto for portador de anencefalia.....	621
A autorização do aborto eugênico.....	621

Capítulo II

DAS LESÕES CORPORAIS

Lesão corporal – <i>art. 129</i>	624
• Ponto relevante para debate:	
A cirurgia de mudança de sexo como lesão corporal.....	634

Capítulo III

Da Periclitação da Vida e da Saúde

Perigo de contágio venéreo – <i>art. 130</i>	636
Perigo de contágio de moléstia grave – <i>art. 131</i>	637
Perigo para a vida ou saúde de outrem – <i>art. 132</i>	639
Abandono de incapaz – <i>art. 133</i>	640
Exposição ou abandono de recém-nascido – <i>art. 134</i>	642
Omissão de socorro – <i>art. 135</i>	643
• Ponto relevante para debate:	
As providências a serem tomadas quando a vítima recusa o auxílio	645
Maus-tratos – <i>art. 136</i>	646

Capítulo IV

Da Rixa

Rixa – <i>art. 137</i>	648
------------------------------	-----

Capítulo V

Dos Crimes Contra a Honra

Calúnia – <i>art. 138</i>	650
Difamação – <i>art. 139</i>	652
Injúria – <i>art. 140</i>	654
Disposições comuns – <i>arts. 141 a 145</i>	656

Capítulo VI

Dos Crimes Contra a Liberdade Individual

Seção I

Dos crimes contra a liberdade pessoal

Constrangimento ilegal – <i>art. 146</i>	662
Ameaça – <i>art. 147</i>	664
Seqüestro e cárcere privado – <i>art. 148</i>	666
Redução a condição análoga à de escravo – <i>art. 149</i>	668

Seção II

Dos crimes contra a inviolabilidade do domicílio

Violação de domicílio – <i>art. 150</i>	670
---	-----

Seção III

Dos crimes contra a inviolabilidade de correspondência

Violação de correspondência – <i>art. 151</i>	673
• Ponto relevante para debate:	
A violação da correspondência dos cônjuges.....	675
Violação de correspondência comercial – <i>art. 152</i>	676

Seção IV

Dos crimes contra a inviolabilidade dos segredos

Divulgação de segredo – <i>art. 153</i>	678
Violação do segredo profissional – <i>art. 154</i>	679

TÍTULO II

Dos Crimes Contra o Patrimônio

Capítulo I

DO FURTO

Furto – <i>art. 155</i>	681
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da casa habitada no furto noturno.....	689
O furto de coisas de estimação.....	689
O furto de cadáver.....	690
O furto de coisas de ínfimo valor.....	690
O furto de uso como crime.....	690
A trombada como furto ou roubo.....	691
A aplicação do privilégio (§ 2.º) à figura qualificada (§ 4.º).....	691
Furto de coisa comum – <i>art. 156</i>	691

Capítulo II

DO ROUBO E DA EXTORSÃO

Roubo – <i>art. 157</i>	694
• Pontos relevantes para debate:	
O roubo de uso.....	700
A análise do roubo em confronto com o estado de necessidade.....	700
A existência da tentativa no roubo impróprio.....	700
O critério para a elevação da pena quando houver a incidência de mais de uma causa de aumento.....	701
Extorsão – <i>art. 158</i>	702
Extorsão mediante seqüestro – <i>art. 159</i>	706

• Ponto relevante para debate:	
A necessidade de a vantagem exigida como condição ou preço do resgate ser econômica	709
Extorsão indireta – <i>art. 160</i>	710

Capítulo III DA USURPAÇÃO

Alteração de limites – <i>art. 161, caput</i>	712
Usurpação de águas – <i>art. 161, § 1.º, I</i>	713
Esbulho possessório – <i>art. 161, § 1.º, II</i>	714
Supressão ou alteração de marca em animais – <i>art. 162</i>	716

Capítulo IV DO DANO

Dano – <i>art. 163</i>	717
Introdução ou abandono de animais em propriedade alheia – <i>art. 164</i>	718
Dano em coisa de valor artístico, arqueológico ou histórico – <i>art. 165</i>	720
Alteração de local especialmente protegido – <i>art. 166</i>	721
Ação penal – <i>art. 167</i>	722

Capítulo V DA APROPRIAÇÃO INDÉBITA

Apropriação indébita – <i>art. 168</i>	723
Apropriação indébita previdenciária – <i>art. 168-A</i>	724
Apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza – <i>art. 169</i>	726
Causa de diminuição de pena – <i>art. 170</i>	728

Capítulo VI DO ESTELIONATO E OUTRAS FRAUDES

Estelionato – <i>art. 171</i>	729
-------------------------------------	-----

• Pontos relevantes para debate:	
A questão do trabalho espiritual (cartomancia, passes espirituais, bruxaria, macumba etc.)	731
O afastamento do crime pela esperteza nas atividades comerciais e a torpeza bilateral	731
O concurso de crimes entre o estelionato e a falsidade	731
O estelionato como delito permanente	732
A questão do pagamento de cheque sem provisão de fundos para impedir o ajuizamento de ação penal	732

A configuração do estelionato pelo cheque pré-datado ou dado como garantia	732
O cheque sem fundos emitido para pagar dívida de jogo ou serviço de prostituição.....	732
O cheque sem fundos, emitido em substituição de outro título de crédito, como causa suficiente para gerar o crime.....	733
Duplicata simulada – <i>art. 172</i>	733
Abuso de incapazes – <i>art. 173</i>	735
Induzimento à especulação – <i>art. 174</i>	736
Fraude no comércio – <i>art. 175</i>	737
Outras fraudes – <i>art. 176</i>	739
• Ponto relevante para debate:	
A questão da “pendura” para configurar o delito previsto no <i>art. 176</i>	740
Fraudes e abusos na fundação ou administração de sociedade por ações – <i>art. 177</i>	741
Emissão irregular de conhecimento de depósito ou <i>warrant</i> – <i>art. 178</i>	743
Fraude à execução – <i>art. 179</i>	745

Capítulo VII DA RECEPÇÃO

Recepção – <i>art. 180</i>	747
----------------------------------	-----

Capítulo VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – <i>arts. 181 a 183</i>	751
• Pontos relevantes para debate:	
O erro quanto à propriedade do objeto material para afastar a punição.....	753
A aplicação da imunidade a cônjuges separados e no contexto da união estável	753

TÍTULO III DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE IMATERIAL

Capítulo I DOS CRIMES CONTRA A PROPRIEDADE INTELECTUAL

Violação de direito autoral – <i>art. 184</i>	755
<i>Art. 185</i> (Revogado pela Lei 10.695/2003).....	758
Ação penal – <i>art. 186</i>	758

Capítulo II DOS CRIMES CONTRA O PRIVILÉGIO DE INVENÇÃO

<i>Arts. 187 a 191</i> (Revogados pela Lei 9.279/96).....	759
---	-----

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA AS MARCAS DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

<i>Arts. 192 a 195</i> (Revogados pela Lei 9.279/96).....	760
---	-----

Capítulo IV

DOS CRIMES DE CONCORRÊNCIA DESLEAL

<i>Art. 196</i> (Revogado pela Lei 9.279/96).....	761
---	-----

TÍTULO IV

Dos Crimes Contra a Organização do Trabalho

Atentado contra a liberdade de trabalho – <i>art. 197</i>	763
Atentado contra a liberdade de contrato de trabalho e boicotagem violenta – <i>art. 198</i> ...	765
Atentado contra a liberdade de associação – <i>art. 199</i>	766
Paralisação de trabalho, seguida de violência ou perturbação da ordem – <i>art. 200</i>	767
Paralisação de trabalho de interesse coletivo – <i>art. 201</i>	768
Invasão de estabelecimento industrial, comercial ou agrícola. Sabotagem – <i>art. 202</i> ...	769
Frustração de direito assegurado por lei trabalhista – <i>art. 203</i>	771
Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho – <i>art. 204</i>	772
Exercício de atividade com infração de decisão administrativa – <i>art. 205</i>	773
Aliciamento para o fim de emigração – <i>art. 206</i>	774
Aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional – <i>art. 207</i> ...	775

TÍTULO V

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO
RELIGIOSO E CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O SENTIMENTO RELIGIOSO

Ultraje a culto e impedimento ou perturbação de ato a ele relativo – <i>art. 208</i>	777
--	-----

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O RESPEITO AOS MORTOS

Impedimento ou perturbação de cerimônia funerária – <i>art. 209</i>	779
Violação de sepultura – <i>art. 210</i>	780
Destruição, subtração ou ocultação de cadáver – <i>art. 211</i>	781
Vilipêndio a cadáver – <i>art. 212</i>	782

TÍTULO VI
Dos Crimes Contra os Costumes

Capítulo I
DOS CRIMES CONTRA A LIBERDADE SEXUAL

Estupro – <i>art. 213</i>	785
• Pontos relevantes para debate:	
A questão do afastamento da configuração do estupro se a ameaça for justa	787
A análise do grau de resistência da mulher	787
Atentado violento ao pudor – <i>art. 214</i>	787
Posse sexual mediante fraude – <i>art. 215</i>	789
Atentado ao pudor mediante fraude – <i>art. 216</i>	790
Assédio sexual – <i>art. 216-A</i>	791
• Pontos relevantes para debate:	
A configuração do crime de assédio sexual entre professor(a) e aluno(a)	794
A configuração do crime de assédio sexual entre ministro religioso e fiel	794
O afastamento do delito se há paixão do agente pela vítima	794

Capítulo II
DA SEDUÇÃO E DA CORRUPÇÃO DE MENORES

<i>Art. 217</i> (Revogado pela Lei 11.106/2005)	795
Corrupção de menores – <i>art. 218</i>	795

Capítulo III
DO RAPTO

<i>Arts. 219 a 222</i> (Revogados pela Lei 11.106/2005)	797
---	-----

Capítulo IV
DISPOSIÇÕES GERAIS

Disposições gerais – <i>arts. 223 a 226</i>	798
• Ponto relevante para debate:	
A presunção de violência que envolve a pessoa menor de 14 anos: absoluta ou relativa	801

Capítulo V
DO LENOCÍNIO E DO TRÁFICO DE PESSOAS

Mediação para servir a lascívia de outrem – <i>art. 227</i>	803
Favorecimento da prostituição – <i>art. 228</i>	805
Casa de prostituição – <i>art. 229</i>	807

• Ponto relevante para debate:	
A questão da análise das casas de massagem, <i>relax for men</i> , boates para encontros, motéis, <i>drive-in</i> , saunas mistas, hotéis de alta rotatividade.....	808
A inviabilidade da prisão em flagrante.....	809
Rufianismo – <i>art. 230</i>	811
Tráfico internacional de pessoas – <i>art. 231</i>	812
Tráfico interno de pessoas – <i>art. 231-A</i>	814

Capítulo VI

Do Ultraje Público ao Pudor

Ato obsceno – <i>art. 233</i>	816
• Ponto relevante para debate:	
A publicidade como elemento fundamental para a configuração da figura típica ...	817
Escrito ou objeto obsceno – <i>art. 234</i>	818
• Ponto relevante para debate:	
A inconstitucionalidade do art. 234 do Código Penal.....	819

TÍTULO VII

DOS CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

Capítulo I

DOS CRIMES CONTRA O CASAMENTO

Bigamia – <i>art. 235</i>	821
Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento – <i>art. 236</i>	823
Conhecimento prévio de impedimento – <i>art. 237</i>	824
Simulação de autoridade para celebração de casamento – <i>art. 238</i>	825
Simulação de casamento – <i>art. 239</i>	826
<i>Art. 240</i> (Revogado pela Lei 11.106/2005).....	827

Capítulo II

DOS CRIMES CONTRA O ESTADO DE FILIAÇÃO

Registro de nascimento inexistente – <i>art. 241</i>	828
Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido – <i>art. 242</i>	829
Sonegação de estado de filiação – <i>art. 243</i>	831

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ASSISTÊNCIA FAMILIAR

Abandono material – <i>art. 244</i>	832
Entrega de filho menor a pessoa inidônea – <i>art. 245</i>	834
Abandono intelectual – <i>art. 246</i>	835
Abandono moral – <i>art. 247</i>	836

Capítulo IV
DOS CRIMES CONTRA O PÁTRIO PODER,
TUTELA OU CURATELA

Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes – <i>art. 248</i>	838
• Ponto relevante para debate:	
A necessidade de ser efetivada a fuga	839
Subtração de incapazes – <i>art. 249</i>	839

TÍTULO VIII
DOS CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

Capítulo I
DOS CRIMES DE PERIGO COMUM

Incêndio – <i>art. 250</i>	841
Explosão – <i>art. 251</i>	844
Uso de gás tóxico ou asfixiante – <i>art. 252</i>	846
Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfixiante – <i>art. 253</i>	847
Inundação – <i>art. 254</i>	848
Perigo de inundação – <i>art. 255</i>	849
Desabamento ou desmoronamento – <i>art. 256</i>	851
Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento – <i>art. 257</i>	852
Formas qualificadas de crime de perigo comum – <i>art. 258</i>	854
Difusão de doença ou praga – <i>art. 259</i>	854

Capítulo II
DOS CRIMES CONTRA A SEGURANÇA DOS MEIOS DE
COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE E OUTROS SERVIÇOS PÚBLICOS

Perigo de desastre ferroviário – <i>art. 260</i>	856
Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo – <i>art. 261</i>	858
Atentado contra a segurança de outro meio de transporte – <i>art. 262</i>	859
Forma qualificada – <i>art. 263</i>	861
Arremesso de projétil – <i>art. 264</i>	861
Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública – <i>art. 265</i>	863
Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico ou telefônico – <i>art. 266</i>	864

Capítulo III
DOS CRIMES CONTRA A SAÚDE PÚBLICA

Epidemia – <i>art. 267</i>	866
----------------------------------	-----

Infração de medida sanitária preventiva – <i>art. 268</i>	867
Omissão de notificação de doença – <i>art. 269</i>	868
Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal – <i>art. 270</i>	869
Corrupção ou poluição de água potável – <i>art. 271</i>	871
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios – <i>art. 272</i>	872
Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêu- ticos ou medicinais – <i>art. 273</i>	874
Emprego de processo proibido ou de substância não permitida – <i>art. 274</i>	877
Invólucro ou recipiente com falsa indicação – <i>art. 275</i>	878
Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores – <i>art. 276</i>	879
Substância destinada à falsificação – <i>art. 277</i>	880
Outras substâncias nocivas à saúde pública – <i>art. 278</i>	882
Substância avariada – <i>art. 279</i> (Revogado pela Lei 8.137/90)	883
Medicamento em desacordo com receita médica – <i>art. 280</i>	883
Comércio clandestino ou facilitação de uso – <i>Art. 281</i> (Revogado pela Lei 6.368/76)....	884
Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica – <i>art. 282</i>	884
Charlatanismo – <i>art. 283</i>	886
Curandeirismo – <i>art. 284</i>	887
Forma qualificada – <i>art. 285</i>	888

TÍTULO IX

DOS CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

Incitação ao crime – <i>art. 286</i>	889
Apologia de crime ou criminoso – <i>art. 287</i>	890
Quadrilha ou bando – <i>art. 288</i>	891
• Pontos relevantes para debate:	
A tipificação do delito de quadrilha ou bando na hipótese de crime continuado....	894
A possibilidade de concurso de pessoas.....	894
O concurso do crime de quadrilha com outro delito qualificado pela mesma cir- cunstância	894

TÍTULO X

DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

Capítulo I

DA MOEDA FALSA

Moeda falsa – <i>art. 289</i>	895
Crimes assimilados ao de moeda falsa – <i>art. 290</i>	897

Petrechos para falsificação de moeda – <i>art. 291</i>	899
Emissão de título ao portador sem permissão legal – <i>art. 292</i>	900

Capítulo II

DA FALSIDADE DE TÍTULOS E OUTROS PAPÉIS PÚBLICOS

Falsificação de papéis públicos – <i>art. 293</i>	903
Petrechos de falsificação – <i>art. 294</i>	906
Causa de aumento de pena – <i>art. 295</i>	907

Capítulo III

DA FALSIDADE DOCUMENTAL

Falsificação de selo ou sinal público – <i>art. 296</i>	908
Falsificação de documento público – <i>art. 297</i>	910
Falsificação de documento particular – <i>art. 298</i>	913
Falsidade ideológica – <i>art. 299</i>	915
• Pontos relevantes para debate:	
As diferenças entre falsidade material e ideológica	917
A possibilidade de haver falsificação em folha de papel em branco	917
Falso reconhecimento de firma ou letra – <i>art. 300</i>	918
Certidão ou atestado ideologicamente falso – <i>art. 301</i>	919
• Ponto relevante para debate:	
A configuração do crime de falsificação destinando-se à obtenção de cargo público ou outra vantagem por parte do próprio agente	921
Falsidade de atestado médico – <i>art. 302</i>	921
Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica – <i>art. 303</i>	922
Uso de documento falso – <i>art. 304</i>	924
• Pontos relevantes para debate:	
A indispensabilidade, para a configuração do crime, da apresentação espontânea do documento	925
O concurso de delitos no caso do autor da falsificação que fizer uso do docu- mento	925
Supressão de documento – <i>art. 305</i>	926

Capítulo IV

DE OUTRAS FALSIDADES

Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins – <i>art. 306</i>	928
Falsa identidade – <i>art. 307</i>	929

• Ponto relevante para debate:	
O afastamento da configuração do crime em caso de intenção defensiva.....	931
Falsa identidade – <i>art. 308</i>	931
Fraude de lei sobre estrangeiro – <i>art. 309</i>	933
Fraude de lei sobre estrangeiro – <i>art. 310</i>	934
Adulteração de sinal identificador de veículo automotor – <i>art. 311</i>	936

TÍTULO XI

Dos Crimes Contra a Administração Pública

Capítulo I

DOS CRIMES PRATICADOS POR FUNCIONÁRIO
PÚBLICO CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Peculato – <i>art. 312</i>	939
• Ponto relevante para debate:	
O peculato de uso e o crime previsto no <i>art. 312</i>	942
Peculato mediante erro de outrem – <i>art. 313</i>	943
Inserção de dados falsos em sistema de informações – <i>art. 313-A</i>	945
Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações – <i>art. 313-B</i>	947
Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento – <i>art. 314</i>	948
Emprego irregular de verbas ou rendas públicas – <i>art. 315</i>	950
Concussão – <i>art. 316</i>	951
• Ponto relevante para debate:	
O momento e a possibilidade do cabimento da prisão em flagrante nos delitos de concussão.....	953
Corrupção passiva – <i>art. 317</i>	953
Facilitação de contrabando ou descaminho – <i>art. 318</i>	956
Prevaricação – <i>art. 319</i>	958
Prevaricação – <i>art. 319-A</i>	959
Condescendência criminosa – <i>art. 320</i>	962
Advocacia administrativa – <i>art. 321</i>	963
Violência arbitrária – <i>art. 322</i>	965
Abandono de função – <i>art. 323</i>	966
Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado – <i>art. 324</i>	968
Violação de sigilo funcional – <i>art. 325</i>	969
Violação do sigilo de proposta de concorrência – <i>art. 326</i> (Revogado tacitamente pelo <i>art. 94 da Lei 8.666/93</i>).....	971
Funcionário público – <i>art. 327</i>	971
• Pontos relevantes para debate:	
O conceito de entidade paraestatal.....	973

A possibilidade do conceito de funcionário público, previsto no art. 327, servir aos sujeitos ativo e passivo do crime	973
--	-----

Capítulo II

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO EM GERAL

Usurpação de função pública – art. 328	974
Resistência – art. 329.....	975
• Ponto relevante para debate:	
O concurso entre os crimes de resistência e roubo.....	977
Desobediência – art. 330	978
• Ponto relevante para debate:	
O sigilo médico e o afastamento da configuração do crime de desobediência, caso o profissional se recuse a colaborar com o Poder Judiciário	981
Desacato – art. 331	982
Tráfico de influência – art. 332.....	984
Corrupção ativa – art. 333	986
Contrabando ou descaminho – art. 334	987
Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência – art. 335	990
Inutilização de edital ou de sinal – art. 336.....	991
Subtração ou inutilização de livro ou documento – art. 337	992
Sonegação de contribuição previdenciária – art. 337-A	993

Capítulo II-A

DOS CRIMES PRATICADOS POR PARTICULAR CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTRANGEIRA

Corrupção ativa em transação comercial internacional – art. 337-B.....	996
Tráfico de influência em transação comercial internacional – art. 337-C	997
Funcionário público estrangeiro – art. 337-D.....	999

Capítulo III

DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA

Reingresso de estrangeiro expulso – art. 338	1001
Denúnciação caluniosa – art. 339.....	1002
• Ponto relevante para debate:	
A avaliação do direito à autodefesa em confronto com a denúncia caluniosa....	1005
Comunicação falsa de crime ou de contravenção – art. 340.....	1006
Auto-acusação falsa – art. 341.....	1007

• Ponto relevante para debate:	
A questão do réu ter o amplo direito de mentir para se defender.....	1008
Falso testemunho ou falsa perícia – <i>art. 342</i>	1009
• Pontos relevantes para debate:	
A questão da configuração do crime de falso testemunho e a indispensabilidade de se tomar o compromisso de dizer a verdade.....	1011
O concurso de pessoas no crime de falso.....	1013
Suborno – <i>art. 343</i>	1014
Coação no curso do processo – <i>art. 344</i>	1016
Exercício arbitrário das próprias razões – <i>art. 345</i>	1018
Exercício arbitrário das próprias razões – <i>art. 346</i>	1019
Fraude processual – <i>art. 347</i>	1020
Favorecimento pessoal – <i>art. 348</i>	1022
Favorecimento real – <i>art. 349</i>	1024
Exercício arbitrário ou abuso de poder – <i>art. 350</i>	1025
Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança – <i>art. 351</i>	1026
Evasão mediante violência contra pessoa – <i>art. 352</i>	1027
Arrebatamento de preso – <i>art. 353</i>	1029
Motim de presos – <i>art. 354</i>	1030
Patrocínio infiel. Patrocínio simultâneo ou tergiversação – <i>art. 355</i>	1031
Sonegação de papel ou objeto de valor probatório – <i>art. 356</i>	1032
Exploração de prestígio – <i>art. 357</i>	1034
Violência ou fraude em arrematação judicial – <i>art. 358</i>	1035
Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito – <i>art. 359</i>	1036

Capítulo IV

DOS CRIMES CONTRA AS FINANÇAS PÚBLICAS

Contratação de operação de crédito – <i>art. 359-A</i>	1038
Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar – <i>art. 359-B</i>	1040
Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura – <i>art. 359-C</i>	1041
Ordenação de despesa não autorizada – <i>art. 359-D</i>	1043
Prestação de garantia graciosa – <i>art. 359-E</i>	1044
Não cancelamento de restos a pagar – <i>art. 359-F</i>	1046
Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura – <i>art. 359-G</i>	1047
Oferta pública ou colocação de títulos no mercado – <i>art. 359-H</i>	1049
BIBLIOGRAFIA	1051